



DIÁRIO



República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVI — Nº 87

SEXTA-FEIRA, 8 DE NOVEMBRO DE 1991

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 57, DE 1991-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 19/91-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$5.925.490.000,00, para os fins que especifica.

Autor: Poder Executivo
Relator: Deputado Paes Landim

I — Relatório

O Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61, da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional, através da Mensagem nº 75/91-CN (nº 405/91, na origem), o Projeto de Lei nº 19/91-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de Cr\$5.925.490.000,00 (cinco bilhões, novecentos e vinte e cinco milhões, quatrocentos e noventa mil cruzeiros).

A programação inerente ao projeto de lei, a nível de subatividade, é a seguinte:

Ministério do Exército
Fundo de Exército
Manutenção e Desenvolvimento da Força Terrestre..... Cr\$4.665.355.000,00

Ministério da Marinha
Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo

- Ensino Profissional Superior ..... Cr\$1.248.021.000,00
Fundo de Estudos do Mar
- Geofísica e Oceanografia ..... Cr\$12.114.000,00

A Exposição de Motivos, que acompanha o Projeto de Lei, cita como base legal da concessão do crédito o art. 167, inciso V da Constituição Federal, o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e, inciso I, do art. 6º da Lei nº 8.175, de 31 de janeiro de 1991 (Lei Orçamentária em vigor).

A proposição menciona, como fonte de recursos, para atender a programação de cada Fundo, Saldos de Exercícios Anteriores — Recursos Diversos.

O art. 43, § 1º, inciso I, e § 2º, da Lei nº 4.320/64 estabelece:

“Art. 43. A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificada.

§ 1º Consideram-se recursos, para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I — O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de créditos a eles vinculadas.”

Ocorre que ao conferir os saldos de exercícios anteriores, apresentados nos anexos IV, V e VI, da proposição em análise, com os constantes do Balanço Geral da União, 3º volume — Balanços da Administração Indireta, relativos ao exercício de 1990, publicados pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, constatamos que apenas o Fundo de Estudos do Mar (pág. 215) possui saldo suficiente, o mesmo não acontecendo com o Fundo do Exército (pág. 189) e o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (pág. 213), como demonstramos a seguir:

**EXPEDIENTE****CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****PASSOS PORTO**

Diretor-Geral do Senado Federal

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor Executivo

**CARLOS HOMERO VIEIRA NINA**

Diretor Administrativo

**LUIZ CARLOS DE BASTOS**

Diretor Industrial

**FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA**

Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**

Semestral ..... Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200 exemplares.

FUNDO	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	CRÉDITO SOLICITADO
Fundo do Exército	4.687.692.011,54	133.556.293,49	4.554.135.718,05	4.665.355.000,00
Fundo de Des.do Ensino Profis. Marítimo	1.277.652.209,73	49.283.564,97	1.228.368.644,76	1.248.021.000,00
Fundo de Estudos do Mar	12.726.507,50	80.000,00	12.646.507,50	12.114.000,00

Verificadas as diferenças, contactamos o Poder Executivo que, através do Departamento de Orçamentos da União, propõe ao Congresso Nacional a aceitação do projeto de lei pelos saldos constantes do Balanço Geral da União, conforme informações encaminhadas a esta comissão. Para tanto, reduz a fonte do Fundo do Exército, constante do Anexo IV, bem como o correspondente valor do programa de trabalho do Anexo I de Cr\$4.665.355.000,00 para Cr\$4.554.135.000,00. Igualmente, diminui no Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo o valor da fonte constante do Anexo V e o correspondente montante do programa de trabalho do Anexo II de Cr\$1.248.021.000,00 para Cr\$1.228.368.000,00.

Ao projeto de lei foi apresentada a Emenda de nº 1-4 em que o seu autor objetiva aclarar os termos do dispositivo mencionado. Todavia, deixo de acolhê-la por entender que a forma original atende perfeitamente à boa técnica legislativa.

Visando adequar o projeto de lei, quanto aos aspectos levantados, propomos Substitutivo.

**II — Voto**

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 19/91-CN, nos termos do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, de outubro de 1991. — Deputado **Paes Landim**, Relator.

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 19, DE 1991-CN**

**Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$5.794.617.000.000,00, para os fins que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.175, de 31 de janeiro de 1991), em favor de diversas Unidades Orçamentárias dos Ministérios do Exército e da Marinha, crédito suplementar no valor de Cr\$5.794.617.000,00 (cinco bilhões, setecentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e dezessete mil cruzeiros), para atender à programação constante dos Anexos I, II e III desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação de Saldos de Exercícios Anteriores, na forma dos Anexos IV, V e VI desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, — Deputado **Paes Landim**, Relator.

ANEXO À LEI Nº

27000 - MINISTÉRIO DO EXERCÍTO  
27901 - FUNDO DO EXERCÍTO

CR\$ 1.000,00

ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E EM- CARGOS SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		4.554.135			4.554.135				
DEFESA TERRESTRE		4.554.135			4.554.135				
OPERAÇÕES TERRESTRES		4.554.135			4.554.135				
06.028.0166.2111		4.554.135			4.554.135				
COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DA FORÇA TERRESTRE									
PROPICIAR AOS DIFERENTES GRÃOS SETORIAIS CONDIÇÕES DE APOIAR ESPECIFICAMENTE A MANUTENÇÃO DA OPERACIONALIDADE DA FORÇA TERRESTRE, COM ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES NÃO SUPRIDAS POR DOTAGENS ESPECÍFICAS									
06.028.0166.2111.0001	FISCAL	4.554.135			4.554.135				
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA FORÇA TERRESTRE									
TOTAL FISCAL		4.554.135			4.554.135				

ANEXO À LEI Nº

31000 - MINISTÉRIO DA MARINHA  
31902 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO

CR\$ 1.000,00

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E EM- CARGOS SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		1.228.368			990.604	237.764			
ENSINO SUPERIOR		1.228.368			990.604	237.764			
ENSINO DE GRADUAÇÃO		1.228.368			990.604	237.764			
06.044.0205.2048		1.228.368			990.604	237.764			
MANUTENÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL									
PROPICIAR O CUSTEIO DA VIDA VEGETATIVA DOS GRÃOS DE DIREÇÃO GERAL DE ENSINO, DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR E DE PÓS-GRADUAÇÃO									
06.044.0205.2048.0005	FISCAL	1.228.368			990.604	237.764			
ENSINO PROFISSIONAL SUPERIOR									
TOTAL FISCAL		1.228.368			990.604	237.764			

## ANEXO À LEI Nº

31000 - MINISTÉRIO DA MARINHA  
26900 - FUNDO DE ESTUDOS DO MAR

CR\$ 1.000,00

ANEXO III  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	OUTRAS DESP. INVESTIMENTOS	IMPEXSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		12.114			8.400	3.634			
CIÊNCIA E TECNOLOGIA		12.114			8.400	3.634			
PESQUISA APLICADA		12.114			8.400	3.634			
06.010.0055.2034		12.114			8.400	3.634			
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO									
ORIENTAR AS ATIVIDADES DE PESQUISAS PARA DESENVOLVIMENTO DE NOVOS SISTEMAS DE ARMAS, APERFEIÇOAMENTO DOS MEIOS DE CONTROLE DE NAVEGAÇÃO, COMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA									
06.010.0055.2034.0001	FISCAL	12.114			8.400	3.634			
GEOFÍSICA E OCEANOGRAFIA									
TOTAL FISCAL		12.114			8.400	3.634			

CRÉDITO SUPLEMENTAR

ANEXO

ANEXO IV

ACRESCIMO

27000 - MINISTÉRIO DO EXERCITO  
27901 - FUNDO DO EXERCITO

RECEITA	RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS			(CR\$ 1.000,00)
ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			4.554.135
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		4.554.135	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		4.554.135	
1990.05.99 SALDO DE EXERC. ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	4.554.135		
			TOTAL FISCAL	4.554.135

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO

ANEXO V

ACRESCIMO

31000 - MINISTÉRIO DA MARINHA

31902 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARITIMO

RECEITA	RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS				(CR\$ 1.000,00)
ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA	
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS				1.228.368
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		1.228.368		
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		1.228.368		
1990.05.99 SALDO DE EXERC. ANTERIORES RECURSOS DIVERSOS	FIS	1.228.368			
				TOTAL FISCAL	1.228.368

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO

ANEXO VI

ACRESCIMO

31000 - MINISTÉRIO DA MARINHA

31903 - FUNDO DE ESTUDOS DO MAR

RECEITA	RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS				(CR\$ 1.000,00)
ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA	
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS				12.114
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		12.114		
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		12.114		
1990.05.99 SALDO DE EXERC. ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	12.114			
				TOTAL FISCAL	12.114

**Conclusão**

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em Reunião Extraordinária, realizada em 29 de outubro de 1991, aprovou o Parecer do Relator, Deputado Paes Landim, favorável ao Projeto de Lei nº 19/91-CN, nos termos do Substitutivo apresentado, contra os votos dos Deputados Eduardo Jorge, Paulo Hartung, Aloizio Mercadante, Geraldo Alckmin Filho, João Paulo e Alcides Modesto. Ao projeto foi apresentada uma emenda, que foi rejeitada.

Compareceram os Senhores Senadores, Ronaldo Aragão, Presidente; Teotônio Vilela Filho, Segundo Vice-Presidente; Amir Lando, Chagas Rodrigues, Dario Pereira, Eduardo Suplicy, João Calmon, Lucídio Portela, Magno Bacelar, Mansueto de Lavor, Onofre Quinan, Ronan Tito, Saldanha Derzi, Telmo Vieira, César Dias, Coutinho Jorge, Carlos Patrocínio, e os Senhores Deputados Sérgio Gaudenzi, Primeiro Vice-Presidente; Osvaldo Melo, Terceiro Vice-Presidente; Adroaldo Streck, Acácio Neves, Alacid Nunes, Alcides Modesto, Aloizio Mercadante, Aluizio Alves, Antonio Bárbara, Arno Magarinos, Aroldo Cedraz, Carlos Azambuja, Carlos Cardinal, Carlos Kayath, Clóvis Assis, Domingos Juvenil, Edson Silva,

Eduardo Jorge, Eduardo Moreira, Elio Dalla-Vecchia, Eraldo Tinoco, Etevalda Grassi de Menezes, Fábio Meirelles, Fábio Raunheitti, Felipe Mendes, Fernando Diniz, Flávio Derzi, Flávio Palmier da Veiga, Francisco Coelho, Francisco Evangelista, Geddel Vieira Lima, George Takimoto, Geraldo Alckmin Filho, Giovanni Queiroz, Hagaús Araujo, Hélio Rosas, Iberê Ferreira, Israel Pinheiro, João Paulo, Jonas Pinheiro, Jonival Lucas, Jorge Khoury, Jorge Tadeu Mudalen, José Burnett, José Carlos Aleluia, José Carlos Vasconcellos, José Geraldo, José Luiz Maia, Jurandyr Paixão, Luiz Piauhyllino, Marcelo Luz, Maurício Campos, Mauro Miranda, Mauro Sampaio, Messias Góis, Nelson Marquezelli, Nelson Morro, Nilson Gibson, Odacir Klein, Paulo Hartung, Paulo Mandarino, Pedro Abrão, Pedro Irujo, Pinheiro Landim, Reditário Cassol, Renato Vianna, Rita Camata, Rose de Freitas, Roseana Sarney, Ruberval Pilotto, Sérgio Barcellos, Sérgio Guerra, Sérgio Naya, Simão Sessim, Valdemar Costa e Werner Wanderer.

Sala de Reuniões, 29 de outubro de 1991. — Senador **Ronaldo Aragão**, Presidente — Deputado **Paes Landim**, Relator.

**SUMÁRIO****1 — ATA DA 6ª REUNIÃO CONJUNTA, EM 7 DE NOVEMBRO DE 1991****1.1 — ABERTURA****1.1.1 — Comunicação da Presidência**

Inexistência de quórum regimental para a realização da sessão.

**1.2 — ENCERRAMENTO****2 — ATA DE COMISSÃO****Ata da 6ª Reunião Conjunta, em 7 de novembro de 1991****1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura***Presidência do Sr. Alexandre Costa***ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Abdias do Nascimento — Affonso Camargo — Alexandre Costa — Alfredo Campos — Amazonino Mendes — Amir Lando — Antonio Mariz — Aureo Mello — Beni Veras — Carlos Patrocínio — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Coutinho Jorge — Dario Pereira — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Epitácio Cafeteira — Fernando Henrique Cardoso — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Henrique Almeida — Hugo Napoleão — Humberto Lucena — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Richa — Júlio Campos — Júnia Marise — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Levy Dias — Louremberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Mansueto de Lavor — Márcio Lacerda — Marco Maciel — Mário Covas — Mar-

luce Pinto — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nelson Wedekin — Ney Maranhão — Odacir Soares — Onofre Quinan — Oziel Carneiro — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Ruy Bacelar — Telmo Vieira — Teotônio Vilela Filho — Valmir Campelo — Wilson Martins.

**E OS SRS. DEPUTADOS:****Roraima**

Alceste Almeida — PTB; Avenir Rosa — PDC; Francisco Rodrigues — PTB; João Fagundes — PMDB; Júlio Cabral — PTB; Marcelo Luz — PTR; Ruben Bento — Bloco; Teresa Jucá — PDS.

**Amapá**

Aroldo Góes — PDT; Fátima Pelaes — Bloco; Gilvan Borges — ; Murilo Pinheiro — Bloco; Sérgio Barcellos — Bloco; Valdenor Guedes — PTR.

**Pará**

Alacid Nunes – Bloco; Eliel Rodrigues – PMDB; Gerson Peres – PDS; Mário Chermont – PTB; Osvaldo Melo – PDS; Paulo Titan – PMDB; Socorro Gomes – PC do B; Valdir Ganzer – PT.

**Amazonas**

Átila Lins – Bloco; Eduardo Braga – PDC; Euler Ribeiro – PMDB; Fízio Ferreira – Bloco; José Dutra – PMDB; Pauderney Avelino – PDC; Ricardo Moraes – PT.

**Rondônia**

Carlos Camurça – PTR; Edison Fidelis – PTB; Jabes Rabelo – PTB; Maurício Calixto – Bloco; Nobel Moura – PTB; Pascoal Novaes – PTR; Raquel Cândido – PDT; Reditário Cassol – PTR.

**Acre**

Adelaide Neri – PMDB; Célia Mendes – PDS; Francisco Diógenes – PDS; João Maia – Bloco; João Tota – PDS; Zila Bezerra – PMDB.

**Tocantins**

Edmundo Galdino – PSDB; Hagahús Araújo – PMDB; Leomar Quintanilha – PDC; Osvaldo Reis – PTR; Paulo Mourão – PDS.

**Maranhão**

César Bandeira – Bloco; Costa Ferreira – Bloco; Francisco Coelho – PDC; Nan Souza – Bloco; Ricardo Murad – Bloco.

**Ceará**

Aécio de Borba – PDS; Antônio dos Santos – Bloco; Etevaldo Nogueira – Bloco; Gonzaga Mota – PMDB; Jackson Pereira – PSDB; Maria Luíza Fontenele – PSB; Sérgio Machado – PSDB; Ubiratan Aguiar – PMDB.

**Piauí**

B. Sá – ; Caldas Rodrigues – Bloco; Ciro Nogueira – Bloco; Felipe Mendes – PDS; Jesus Tajra – Bloco; João Henrique – PMDB; José Luiz Maia – PDS; Murilo Rezende – PMDB.

**Rio Grande do Norte**

Alufzio Alves – PMDB; Fernando Freire – Bloco; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Ney Lopes – Bloco.

**Paraíba**

Adauto Pereira – Bloco; Edvaldo Motta – PMDB; Efraim Morais – Bloco; Francisco Evangelista – PDT; José Luiz Clerot – PMDB; Ramalho Leite – Bloco; Vital do Rego – PDT.

**Pernambuco**

Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Inocêncio Oliveira – Bloco; Nilson Gibson – PMDB; Ricardo Fiúza – Bloco; Roberto Magalhães – Bloco; Salatiel Carvalho – PTR.

**Sergipe**

Messias Góis – Bloco.

**Bahia**

Alcides Modesto – PT; Ângelo Magalhães – Bloco; Aroldo Cedraz – Bloco; Clóvis Assis – PDT; Geddel Vieira Lima – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Jairo Azi – PDC; João Alves – Bloco; José Falcão – Bloco; José Lourenço – PDS; Luiz Viana Neto – PMDB; Pedro Irujo – Bloco; Prisco Viana – PDS; Uldurico Pinto – PSB; Waldir Pires – PDT.

**Minas Gerais**

Annibal Teixeira – PTB; Aracely de Paula – Bloco; Avelino Costa – PL; Elias Murad – PSDB; Fernando Diniz – PMDB; Humberto Souto – Bloco; João Paulo – PT; José Santana de Vasconcelos – Bloco; Leopoldo Bessone – PMDB; Maurício Campos – PL; Odelmo Leão – Bloco; Paulino Cícero de Vasconcelos – PSDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Heslander – PTB; Raul Belém – Bloco; Romel Anísio – Bloco; Sandra Starling – PT; Vittorio Mediolini – PSDB; Zairé Rezende – PMDB.

**Espírito Santo**

Etevalda Grassi de Menezes – PMDB; Jório de Barrôs – PMDB; Nilton Baiano – PSC; Paulo Hartung – PSDB; Rita Camata – PMDB; Roberto Valadão – PMDB.

**Rio de Janeiro**

Aldir Cabral – PTB; Amaral Netto – PDS; Arolde de Oliveira – Bloco; Artur da Távola – PSDB; Benedita da Silva – PT; Carlos Lupi – PDT; Fábio Raunheitti – PTB; Flávio Palmier da Veiga – Bloco; Francisco Silva – PDC; Jair Bolsonaro – PDC; Jandira Feghali – PC do B; João Mendes – PTB; Laerte Bastos – PDT; Laprovita Vieira – PMDB; Márcia Cibillis Viana – PDT; Nelson Bornier – PL; Paulo de Almeida – PTB; Sandra Cavalcanti – Bloco; Sérgio Arouca – PCB; Sérgio Cury – PDT; Vivaldo Barbosa – PDT.

**São Paulo**

Cunha Bueno – PDS; Edevaldo Alves da Silva – PDS; Florestan Fernandes – PT; Geraldo Alckmin Filho – PSDB; Heitor Franco – Bloco; Irma Passoni – PT; José Genofino – PT; José Serra – PSDB; Jurandyr Paixão – PMDB; Liberato Caboclo – PDT; Maurici Mariano – Bloco; Nelson Marquezelli – PTB; Pedro Pavão – PDS; Robson Tuma – PL; Sólton Borges dos Reis – PTB; Tadashi Kuriki – Bloco; Ulisses Guimarães – PMDB.

**Mato Grosso**

Augustinho Freitas – PTB; Joaquim Sucena – PTB; Jonas Pinheiro – Bloco.

**Distrito Federal**

Augusto Carvalho – PCB; Benedito Domingos – PTR; Chico Vigilante – PT; Eurides Brito – PTR; Maria Laura – PT; Osório Adriano – Bloco; Paulo Octávio – Bloco; Sigmaringa Seixas – PSDB.

**Goias**

João Natal – PMDB.

**Mato Grosso do Sul**

Elísio Curvo – Bloco; George Takimoto – Bloco; José Elias – PTB; Valter Pereira – PMDB; Waldir Guerra – Bloco.

**Paraná**

Basílio Villani – Bloco; Edi Siliprandi – PDT; Élio Dalla-Vecchia – PDT; Max Rosenmann – Bloco; Renato Johnson – Bloco; Said Ferreira – PMDB; Wilson Moreira – PSDB.

**Santa Catarina**

Dejandir Dalpasquale – PMDB; Dércio Knop – PDT; Hugo Biehl – PDS; Jarvis Gaidzinski – PL; Neuto de Conto – PMDB; Orlando Pacheco – Bloco; Renato Vianna – PMDB; Vasco Furlan – PDS.

**Rio Grande do Sul**

Ibsen Pinheiro – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; João de Deus Antunes – PDS; Osvaldo Bender – PDS.

**O SR. PRESIDENTE** (Alexandre Costa) — A sessão marcada para a manhã de hoje, às 10 horas, deixa de ser realizada, de acordo com o art. 28 do Regimento Comum, por não existir um sexto da composição da Casa em plenário.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 10 horas e 12 minutos.)*

**ATA DE COMISSÃO****COMISSÃO PARLAMENTAR  
MISTA DE INQUÉRITO**

**Criada através do Requerimento n° 593, de 1991-CN, destinada a “investigar a crise na universidade brasileira”.**

**8ª REUNIÃO, REALIZADA EM  
24 DE OUTUBRO DE 1991**

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e um, às dez horas e trinta minutos, na Sala n° 6 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Elcio Álvares e João Calmon e os Senhores Deputados Eraldo Tinoco, Murilo Rezende, João Faustino e Raul Pont, reuniu-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a “investigar a crise na universidade brasileira”. De acordo com o preceito regimental a Presidência declara abertos os trabalhos. Em seguida, o Senhor Presidente convida o depoente Professor Fauze Scaff Gattass Filho, Reitor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, a prestar o juramento. Não havendo número regimental a Presidência deixa de proceder a eleição de Vice-Presidente constante do item um da pauta, ficando a votação adiada para a próxima reunião, e submete para aprovação do Plenário as atas das reuniões realizadas anteriormente, tendo sido aprovadas. O Presidente concede a palavra ao Reitor Fauze Scaff Gattass Filho, que passa a traçar um perfil da crise das universidades brasileiras; na sua explanação apresentou alguns dados que caracterizam a crise na universidade e fez considerações sobre a grande baixa no seu corpo docente em virtude das aposentadorias precoces ou por motivo de baixa remuneração salarial. No seu depoimento o Magnífico Reitor apresentou dados que mostram claramente a necessidade da autonomia das universidades, fez, ainda, um breve relato sobre a auto-avaliação das universidades e a necessidade da mão de obra qualificada.

Terminado o depoimento a Presidência concede a palavra ao Relator, que faz algumas considerações sobre a crise das universidades brasileiras e, particularmente, sobre a administração do Professor Fauze Scaff Gattass Filho na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, que considera modelo para as demais universidades do País. A seguir a Presidência concede a palavra ao Senhor Deputado Murilo Rezende, que faz alguns comentários sobre os depoimentos do Reitor e do atual o ensino superior no País e faz algumas interpelações ao depoente, que respondeu a todas dentro do prazo regimental. A seguir a Presidência concede a palavra ao Senhor Deputado Raul Pont, que faz algumas considerações sobre o depoimento do depoente e passa a questionar o depoente. Satisfeitas as respostas, o Presidente passa a fazer as considerações finais e agradece ao Reitor Fauze Scaff Gattass Filho pela valiosa contribuição prestada aos trabalhos da Comissão. A seguir a Presidência comunica ao Plenário que ficam convocados para prestarem depoimentos na próxima reunião os Professores Alceu Ravanel Ferrari, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação — ANPED, Carlos Roberto Jamyl Cury, Docente da Universidade Federal de Minas Gerais, e a estudante Patrícia de Angelis, Presidente da União Nacional dos Estudantes — UNE. Nada mais havendo a tratar a Presidência convoca reunião a realizar-se às 10 horas do dia trinta e um de outubro do corrente ano e declara encerrados os trabalhos. E, para constar, eu, Joaquim Baldoíno de Barros Neto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

**O SR. PRESIDENTE** (Eraldo Tinoco) — Declaro instalada a reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída para apurar a crise da universidade brasileira.

Convido o nobre Relator, Senador João Calmon, para tomar assento à mesa.

As atas das reuniões anteriores foram distribuídas aos componentes da CPI, porque, naturalmente, dispensamos a sua leitura. Vamos submetê-las à discussão e à votação desde a segunda reunião até a sétima. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra para discutir, encerro a discussão e as submeto à deliberação do Plenário.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como estão.

Aprovadas.

Tenho o prazer de convidar a tomar assento à mesa o Professor Fauze Scaff Gattass Filho, Magnífico Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, convocado para depor nesta reunião.

Solicito a V. Sª que tome assento e que, de pé, proceda ao juramento.

**O SR. FAUZER SCAFF GATTASS FILHO** — Presta o seguinte juramento:

“Juro, com dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise na universidade brasileira.”

**O SR. PRESIDENTE** (Eraldo Tinoco) — Peço a V. Sª que assine o juramento. (Pausa.)

Muito obrigado.

Concedo a palavra, portanto, ao Reitor Fauzer Scaff Gattass Filho para, no prazo de vinte minutos, expor seu ponto de vista sobre a crise da universidade brasileira.

O SR. FAUZER SCAFF GATTASS FILHO — Sr. Deputado Eraldo Tinoco, Presidente da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, Sr. Senador João Calmon, Relator desta Comissão Mista.

A universidade pública brasileira, em especial a universidade federal, passa hoje pelas consequências do cartorialismo empregado. Temos hoje, no nosso sistema, as mesmas pessoas, as mesmas técnicas de 40 anos atrás. Há uma dependência oficial muito grande, não há um intercâmbio com a sociedade, há uma inércia e uma inoperância como o de resto de todo o serviço público; há repetição e há cópia, como se fosse uma tatuagem, sobre os conceitos mais profundos de educação, que devem ser renovados. Uma estrutura pesada, um generalismo, falta de regionalização, uma evasão alta, currículos defasados, uma questão salarial aviltante. O professor universitário não sai à procura de outro emprego quando tem um salário que possa dar a sua família o mínimo necessário de estabilidade. Para a mudança nesse quadro, seria necessário algumas medidas que algumas universidades já tomaram: ousadia, criatividade, regionalização, revisão curricular, uma nova postura gerencial e a excelência, a busca de profissionais qualificados.

Dentro da autonomia, entendemos nós que a universidade deve ter autonomia real, para definir o seu regime de ensino e a sua forma de ingresso na área acadêmica, a sua forma de criação, suspensão e extinção de cursos, as deliberações orçamentárias, a gestão do seu patrimônio, seu regime financeiro, os seus planos de carreira, a sua sistemática de avaliação interna, a sua forma de escolher, designar, e também o tamanho do mandato de seus dirigentes.

Existe, hoje, um projeto de emenda à Constituição que propõe alterar o art. 207, incluindo-lhe 5 parágrafos. O assunto é relativo à autonomia, que entendo ser o gargalo do desenvolvimento das universidades. Enquanto elas não tiverem autonomia, não serão totalmente responsáveis por aquilo que sofrem. Hoje, uma universidade federal para fazer a mudança de um cargo de sergente de limpeza para guarda-noturno tem que pedir autorização à Secretaria de Administração Federal aqui em Brasília. Então esse tipo de sistema pesado e centralizado faz com que a estrutura administrativa também não se sinta responsável pelo caos em que vive a universidade, e uma das formas de fazer com que ela seja responsabilizada e penalizada é dar-lhe autonomia e fazer com que tenha a responsabilidade de criar o seu próprio plano de carreira. O responsável pelo corpo profissional da universidade brasileira é o reitor. Entretanto, quem discute o aumento salarial é o ministro; quem concede é o Congresso, e, ao ser acionada a Justiça, o reitor é o réu. É uma situação em que a autonomia vai dar liberdade para que estes problemas sejam resolvidos em suas bases e sejam eliminados. Ao propor isto, ninguém está querendo fugir da responsabilidade; muito pelo contrário. A nossa proposta de autonomia prevê uma fiscalização dupla: pelo Tribunal de Contas e através de um conselho de curadores composto sem a participação de membros da universidade — teria 25% de membros do Governo do Estado, 25% de membros do Governo Federal, 25% de representantes das federações patronais e 25% das federações de trabalhadores. Esta proposta de autonomia já foi apresentada ao Conselho de Reitores em março deste ano, e estou trazendo aqui uma

dúzia dessas publicações para que possam ser, inclusive, apreciadas no bojo da discussão do art. 207.

A universidade do futuro, passado o gargalo da autonomia, deve ter um comprometimento com o meio social, comprometimento este que deve visar a erradicação da pobreza, à defesa do meio ambiente, e a mudança do perfil do profissional brasileiro.

O profissional brasileiro deve ter uma responsabilidade social e não — como hoje — ser formado exclusivamente para ser uma caixa registradora. Deve ter um comprometimento com o meio produtivo, gerar ciência e tecnologia, gerar gestão empresarial e buscar a modernização do parque industrial. As universidades têm condições de fazer isso desde que lhe sejam tiradas as amarras.

O caso específico da minha universidade — o Senador João Calmon já a conhece, esteve lá — é uma universidade de quase 7 mil alunos, que tem cerca de 700 professores, uma média de 10 alunos para cada professor — já é uma média alta — e tem 44 cursos. Tem 300 projetos de extensão e envolve em torno de 500 professores em 108 projetos de pesquisa. O nosso orçamento previsto para este ano é de 13,9 bilhões onde os recursos próprios da universidade custeiam a manutenção e os investimentos em torno de 80%, 20% vêm de recursos do Tesouro para manutenção, à exceção, lógico, do pessoal, que é todo pago com recursos do Tesouro.

Para encerrar esta primeira fala, gostaria de colocar alguns dados sobre a realidade brasileira para que fiquem gravados. Temos 24 milhões de menores de 6 anos — o que representa 17% da população. Destes 24 milhões de menores de 6 anos, 4 milhões recebem atendimento pré-escolar, sendo que 2,4 em escolas públicas. Sete milhões de crianças entre 7 e 14 anos estão fora das escolas, mais de 20 milhões de analfabetos maiores de 15 anos, 13 milhões de crianças necessitam de atendimento especial, 15% dos adolescentes de 15 a 19 anos têm acesso ao segundo grau. Isto significa um contingente de 2,3 milhões. De 24 milhões de crianças de 6 anos, só 2,3 milhões chegam a ter acesso ao segundo grau. Destes 2,3, só 1 milhão e 200 mil estudantes concluem o 2º grau. Um por cento da população chega ao 2º grau. Então, a universidade federal juntamente com as universidades privadas, com as universidades estaduais e municipais, têm a responsabilidade de abrir vaga para 1% da população, índice este que nos países mais desenvolvidos chega a 3% da população. Então, temos aí um enxugamento das universidades, um afogamento através da estrutura pesada que está em cima dela hoje, e além disto uma contenção de vagas. As universidades, como todo o serviço público, há quase 10 anos estão proibidas de contratar pessoal e é nessa hora que eu gostaria de introduzir a discussão dos parágrafos — se me permitir o Presidente da Comissão — sobre a emenda constitucional. Gostaria de fazer algumas considerações se o meu tempo ainda permitir.

O § 1º da proposta do Presidente da República diz que as universidades públicas serão entidades com natureza jurídica própria. Isto significa, no meu entender, que a administração pública brasileira vai passar a ter três vertentes. A vertente de administração direta, da indireta e a da administração universitária, porque a natureza jurídica própria deve fugir da administração direta e da indireta; deve ter uma gestão diferenciada. E nessa hora me preocupa que tipo de gestão é essa, e quem vai defini-la. Como ela vai ser gerenciada, se não existe nada no arcabouço administrativo do País, hoje, que fale desse tipo de natureza jurídica própria? É a adminis-

tração universitária. Isto, inclusive, é contemplado na proposta que nós trouxemos, onde também propomos uma natureza jurídica própria da universidade, alterando a Lei nº 200, mas dando-lhe uma conotação jurídica pré-determinada.

No § 2º, dos recursos destinados à educação, a União alocará parcelas fixas às universidades, que arcarão com as despesas do seu pessoal ativo, inativo e respectivos pensionistas. Então, o quadro de pessoal já vai para as universidades. Eu gostaria de saber qual é o percentual proposto, como vai ser extraído e de onde vai sair. Isto vem através de uma lei complementar, são parcelas fixas. E se nós tivermos um crescimento das universidades? Sempre questiono: e se crescer, a parcela vai crescer? Se a inflação disparar, não seria melhor um percentual fixo do orçamento e não uma parcela fixa? Temos um País — acabei de dizer — que não cobre mais de 1% da população com vagas no nível universitário. Há necessidade de crescimento nessa área da educação. O percentual de 18% da lavra do nosso eminente Senador é hoje um patamar mínimo, foi colocado como mínimo, e nós operamos, o País inteiro opera, exatamente em cima do mínimo.

No § 3º, tenho a impressão que houve uma brincadeira de números. “No orçamento das universidades públicas não poderão ser destinados mais de 80% às despesas com pessoal.”

Existe um artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que diz que enquanto não houver lei específica não se pode gastar mais de 65% com pessoal. Por que as universidades podem gastar 80? Parece até que é uma coisa boa; vocês podem gastar até 80%. Em princípio, foi dilatado o prazo. Parece que é uma coisa excepcional: as universidades vão ter direito de gastar mais com o pessoal. Quando se olha pelo lado subtrativo da coisa, o que está se dizendo é que a universidade, em vez de investir 35% do seu orçamento, vai investir só 20%.

Considerando que estamos há mais de 10 anos com o quadro de pessoal praticamente fixo, gostaria de fazer um exercício de raciocínio. Se o bolo de pessoal de uma universidade qualquer é fixo, não cresce, dizer que este bolo vale 80%, significa dizer que 1/4 dele, 20%, é para investimentos de custeio. Se este bolo, que é fixo, digo que vale 65%, o restante, 35%, corresponde a 53% dele.

Então, se somar este bolo como sendo 100%, mais os 25% do investimento na primeira proposta, vou ter um orçamento de 125%. Se somar este bolo como 100%, mais os 53% da atual Constituição, sem alteração, vou ter um orçamento de 153%. Então, na realidade, quando se amplia o percentual de pessoal diminui-se o percentual de investimentos e se enxuga o orçamento das universidades. Então aquilo que a princípio parece que é uma evolução, é uma inanição mais forte ainda. Dar às universidades a oportunidade de gastar 80% com o pessoal significa diminuir o seu investimento. E, hoje, a universidade brasileira sucateada, com inanição, sem condições de ampliação, ainda vai ter o seu orçamento diminuído no total. Esta proposta, ao passar de 65% para 80%, está enxugando o orçamento das universidades de 153% para 125%, está enxugando o investimento de 53% para 25% e mantendo a folha de pessoal que aí está e não podemos ampliar.

Essas coisas todas, tenho a impressão, Sr. Presidente, poderiam passar a ser objeto de discussão nesta Comissão visto que a emenda está aí, está sendo apreciada pelo Congresso e faz parte do ponto crítico da crise das universidades

brasileiras. E a falta de autonomia que gera falta de criatividade, que gera falta de responsabilidade, que gera omissão e que gera, principalmente, uma paralisação geral de todas as atividades acadêmicas.

Em princípio, Sr. Presidente, Sr. Relator, eram essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado. Concedo a palavra ao Sr. Relator para fazer o seu questionamento.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Sr. Presidente, Deputado Eraldo Tinoco, Srs. Parlamentares, Magnífico Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso, Dr. Fauzer Scaff Gatass Filho, infelizmente para mim, vou ter essa rápida participação e terei de me retirar em seguida para uma audiência com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República a serviço da causa que nos reúne neste momento nesta CPI. É que a chamada emendinha, que substitui o texto do Emendão, contém uma providência que, se aprovada pelo Congresso, representaria um grave dano para a educação em nosso País. O Emendão era mais drástico porque eliminava, na área federal, o percentual da receita de impostos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino. Não houve nenhuma reação tempestuosa, nem no Congresso, nem no universo da educação brasileira, contra esse artigo do Emendão.

Como sou o autor dessa primeira emenda, de 1983, e depois fui o autor do texto básico do anteprojeto da Comissão de Educação na Constituinte, obviamente tomei a iniciativa de reagir contra isso e procurei o Ministro Jarbas Passarinho. Dispus-lhe todos os meus argumentos, e, pouco depois, o Presidente da República, numa entrevista que concedeu a 11 editores da rede de jornalismo do Brasil, declarou que havia desistido de manter este artigo contra a educação no Emendão e, muito generosamente, disse que agiu dessa maneira em homenagem aos esforços do Senador João Calmon que há várias décadas se empenha nessa luta.

Pensei que a batalha já estivesse inteiramente vitoriosa. Infelizmente, a Emendinha contém um artigo que também não despertou nenhuma tempestade de protestos, inclusive no universo da educação em nosso País. Este artigo tem o seguinte texto: “Até 31 de dezembro de 1993 — portanto, durante dois anos —, sobre toda receita proveniente do crescimento absoluto da arrecadação tributária federal, descontada a desvalorização da moeda, não se aplicará o disposto no art. 157, 158, §§ 1º e 2º, 159, 169, 212 — é o artigo dos percentuais para a educação — e 239, § 1º, da Constituição.

Como a Emendinha incluiu um projeto de reforma fiscal ampla e profunda que vai permitir, esperamos um substancial aumento da arrecadação, este art. 6º representa um golpe tremendamente danoso para a educação. Só para se ter uma idéia, tenho repetido isso **ad nauseum**, exaustivamente: a sonegação de impostos no Brasil é tão vultosa que só em São Paulo, segundo a confirmação de uma autora hoje não muito citável, a ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello, a sonegação de impostos na área federal, estadual e municipal é igual ao orçamento geral da República. Só em São Paulo. E há indicações — creio que um pouco inflacionadas — de que a sonegação de impostos no Brasil não fica muito longe da casa dos 100 bilhões de dólares, quase igual à dívida externa do País. Como vai haver um substancial aumento da arrecadação de impostos e vai haver uma série de providências em relação à sonegação, que, realmente, é ampla, profunda e impune — invariavelmente impune —, a educação sofrerá

um grave dano. Este é o objetivo da audiência que pedi ao Presidente da República, agora, às 11 horas.

Vou pedir permissão ao Presidente para me retirar, mas espero estar de volta antes do fim desta reunião. Vou continuar nessa batalha, que é de importância fundamental. Já consegui, aqui no âmbito do Congresso, um pronunciamento do PMDB, que vai lutar para derrotar essa referência ao art. 212 da Constituição, no bojo do art. 6º, mas, espero sensibilizar também os outros partidos, o partido a que pertence o nobre Presidente desta CPI. O Deputado Eraldo Tinoco, que é um dos batalhadores incansáveis da causa da educação, no episódio anterior, deu entrevista ao Programa Bom-Dia Brasil, da Rede Globo de Televisão, posicionando-se contra essa tentativa de golpe na educação.

Agora, gostaria de também sensibilizar os demais partidos porque esse é realmente um golpe tremendo à educação. E o próprio Reitor, que é o homem mais vigilante que conheço na área das universidades, com uma capacidade de criação, de imaginação realmente invejável, ele mesmo não tinha visto essa referência ao art. 212, porque ninguém é obrigado neste País a saber de cor os números de todos os artigos da Constituição e a que se refere cada artigo. Realmente, até agora, nenhuma entidade de classe do universo da educação ensaiou sequer um protesto contra esse art. 6º Peço perdão porque vou precisar me retirar agora, mas espero voltar ainda antes do fim da reunião para aprender um pouco mais com o Magnífico Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que conseguiu, realmente, uma proeza extraordinária — que eu tenho focalizado em todas as minhas andanças pelo Brasil —, ele conseguiu, com recursos próprios, cobrir 80% das despesas com custeio e investimento da sua universidade. Então, o problema da universidade é de extrema gravidade, mas precisamos enfrentá-lo. Há também um pouco de crise de imaginação, de criatividade. E o Magnífico Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul deve ser apontado como um exemplo, como inspiração a todos os seus colegas do Brasil inteiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Indago se mais um dos integrantes desta Comissão deseja interpelar o depoente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Murilo Rezende e logo em seguida ao Deputado Raul Pont.

O SR. MURILO REZENDE — Acompanhamos aqui as considerações feitas por S. Exª e anotamos o seguinte: a respeito das despesas que são feitas nas universidades, tendo em vista, por exemplo, a Universidade de Mato Grosso, que são 700 professores, a pergunta que eu faço é a respeito do quadro de funcionários auxiliares.

Quanto se paga aos professores e aos auxiliares do quadro da Universidade? Há uma correlação e a quem se paga mais, do ponto de vista de despesa?

O SR. FAUZE GATASS — Se V. Exª me permitir vou dividir a resposta em alguns pedaços.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Eu gostaria apenas, para facilitar os andamentos dos trabalhos, que o Deputado Raul Pont fizesse a sua indagação, e não sei se o Deputado Murilo Rezende já concluiu.

O SR. MURILO REZENDE — Eu adiantaria mais um pouco para que a pergunta fique completa.

A pergunta que eu faço é a seguinte: tenho conhecimento de que uma de nossas universidades dispõe de um quadro jurídico de 69 advogados. Eu acho isso uma excrescência, porque não há essa necessidade. Então, a nossa universidade vive em luta constante e precisa estar sempre na Justiça e precisa de pareceres Jurídicos etc, porque há uma de nossas universidades com 69 advogados na reitoria. Eu acho isso um absurdo. E a pergunta vem a calhar, porque nesse apanhado geral que estamos fazendo sobre a crise da universidade brasileira, ela passa também por isso. O quadro de funcionários auxiliares é importantíssimo. Por isso a minha pergunta se fundamenta no seguinte: qual a despesa na Universidade de Mato Grosso relativa a professores — a crise que está — e o quanto ganha o professor, que passa também por isso. Há necessidade de um quadro tão grande na universidade de servidores e de auxiliares, que criam um obstáculo enorme no orçamento quanto às despesas para o seu funcionamento.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Vou solicitar, então, ao nobre Reitor que responda logo a indagação para não ficar muito distante a resposta da pergunta e, assim, ficar mais esclarecido. E se houver, inclusive, alguma dúvida, o Deputado possa ainda, questioná-lo, já que S. Exª não utilizou todo o tempo que lhe era próprio.

O SR. FAUZE SCAFF GATASS FILHO — A nossa universidade tem 1.700 funcionários, dos quais, em torno de 600 estão no hospital universitário. Esse é um dado que tem que ser colocado com clareza, porque os hospitais universitários brasileiros, hoje, respondem por 60% dos leitos públicos federais, colocados à disposição da população. Então, é um quadro que está dentro das universidades com um objetivo maior hoje, o que é uma inversão de valores, de fazer a assistência social. Nós temos hoje em torno de 250 leitos, caminhando para 320 leitos. Com 250 leitos, a Organização Mundial de Saúde sugere entre 3/2 a 4 funcionários por leito em um hospital universitário. Nós teríamos aí uma faixa de até 1.000 funcionários no hospital, mas temos 600. Então, o número de funcionários no nosso hospital universitário é baixo, é abaixo do recomendado. Temos, então, 1.100 funcionários, mais ou menos, no restante da universidade. Essa hora, se V. Exª for comparar esse indicador com os indicadores de outras universidades, perceberá que a nossa universidade está enxuta. Nós não contratamos funcionários há três anos. Tínhamos 1.870, mais ou menos, quase 1.900 funcionários, e hoje temos em torno de 1.700. Mas, dentro desse quadro, e é essa hora que eu chamo a atenção dos Srs. Parlamentares, nós temos lá guardas-noturnos, vigilantes que em outros setores têm esse pessoal contratado, e não aparece no quadro. Nós temos pedreiros, carpinteiros, serventes de pedreiro que estão no quadro da universidade, que em outros segmentos são contratados de empresas. Nós temos serviços de limpeza da própria universidade que, em vários locais, já existem empresas privadas prestando serviço. Então, ao invés de sair como pessoal, sai como serviços de terceiros. Se se somar todo esse pessoal que está dentro das universidades para cuidar do **campus**, para cuidar dos laboratórios, para lavar, que é um pessoal auxiliar de apoio necessário, V. Exª vai entender que esse volume não é grande. Eu tenho, hoje, 13 advogados na universidade. Desses 13, um ocupa a gerência de recursos humanos, e não está na área jurídica, o outro é o auditor-geral da universidade; das universidades brasileiras uma das poucas que têm uma auditoria interna é a nossa. Nós temos um serviço de auditoria que nos audita permanentemente e nos cobra

um procedimento antes de chegar ao Tribunal de Contas da União. E temos mais dois outros advogados que fazem serviços específicos na área de saúde, que atendem as demandas do hospital universitário com ocorrência, porque o hospital universitário tem autonomia. O restante tem hoje um trabalho insano. A nossa universidade recebe uma média de uma ação trabalhista por mês, exatamente pelos planos que aí estão, um atrás do outro atropelando, e isso tudo vai à Justiça: é URP, é transferência de estadual para federal, é uma série de atropelos que a universidade brasileira sofreu, e hoje todos esses atropelos estão explodindo na Justiça. É aquilo que eu disse no começo da minha fala; explodem esses atropelos nas costas dos reitores, que são os responsáveis pelos atos praticados, porque quem assina a carteira do profissional da universidade é o reitor. O patrão dele é a universidade, é o CGC da universidade que lá está.

Não sei se respondi a V. Ex<sup>o</sup>

No tocante ao salário, o quadro de professores tem uma remuneração melhor do que o quadro de técnicos. Em algumas universidades os advogados recebem numa tabela especial, da nossa, nós cortamos a tabela, eles foram à Justiça e perderam. Então, nós cortamos aqueles adicionais todos que eles tinham, e eles são enquadrados como advogados na tabela da universidade sem ter nenhuma paralelismo com a Procuradoria-Geral da República. O quadro, então de técnicos chega um pouco acima do limite mínimo do quadro de professores. Um técnico não ultrapassa o primeiro nível da carreira de professor. O teto superior do técnico é inferior a um professor assistente. O volume total de gastos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, hoje, com aumento dado aos professores, em torno de 600 milhões com professores e 400 milhões com técnicos.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao Deputado Raul Pont.

O SR. RAUL PONT — Eu gostaria de retomar um dos temas tratados, que tem sido uma tônica em outros depoimentos de reitores ou de outros especialistas em educação que tem vindo à CPI, nesse aspecto do recurso financeiro. A universidade ou o Conselho de Reitores tem algum pleito, tem algum estudo, alguma proposta sobre essa questão de um repasso indexado à universidade, para que se garantisse realmente autonomia? Ou seja, como o nobre Reitor vê esta questão? Ou como poderíamos trabalhar conjuntamente no sentido de garantir isso?

Tivemos aqui o depoimento do Reitor da USP que demonstrou que uma das razões — não é a única, mas uma das razões, porque também aí o volume importa — que tem permitido que as universidades de São Paulo enfrentem em melhores condições essas crises é a indexação de seus recursos a um percentual do ICMS do Estado. Nesse aspecto há alguma reivindicação consensual entre os membros? Existe alguma proposta, alguma visão mais elaborada de como poderíamos gestionar politicamente nesse sentido, embora a iniciativa teria que ser mais do Poder Executivo, mas poderíamos, junto com a comunidade acadêmica trabalhar nesse sentido, criar um mecanismo de pressão ou de desenvolvimento de propostas nessa direção?

Gostaria de ouvir sua opinião sobre esse assunto.

O SR. FAUZER SCAFF GATASS FILHO — Sou membro do Comitê Diretivo do Conselho de Reitores, assim participo de todas as reuniões. Não estamos querendo um percentual

como o de São Paulo, da receita, porque o referido percentual pode gerar uma defasagem assustadora. A receita é cíclica: março, abril e maio, com a produção agrícola, tem um ICMS muito alto e no restante do ano a receita cai, há problema de recessão. O que estamos querendo é um percentual do orçamento. A receita de ICMS de Imposto de Renda etc. mas um percentual participativo inclusive dos outros investimentos que o Governo faça e venha angariar a receita. Porque ficar vinculada exclusivamente à receita do Imposto de Renda, ou ao ICMS — como é o caso de São Paulo —, ou a um outro imposto qualquer, seja ele qual for, vai-se sofrer a oscilação desse imposto. Entretanto, se se vincula ao orçamento, iremos sofrer a oscilação do País como um todo. Porque temos aí o sistema orçamentário brasileiro que é uma centopéia e se uma dessas pernas for mal e for exatamente a perna aonde nos encostamos acabaremos indo mais rapidamente para o buraco.

No tocante à forma de se fazer isso, no final da publicação que irei passar às suas mãos, V. Ex<sup>o</sup> poderá verificar que encaminhamos, inclusive, à Presidência da República, no dia 27 de março, uma proposta de lei complementar, justamente para resolver a nova estrutura. Essa proposta foi à Presidência da República, foi apresentada ao Conselho de Reitores, instituindo a universidade autônoma brasileira.

O problema dos recursos não passa só nos números, nobre Deputado. O problema passa, também, na desvalorização do recurso. Se não recebermos duodécimos vamos chegar na situação em que estamos hoje. Até a semana passada recebi, para pagar o pessoal, 48% do previsto. E só consegui pagar o pessoal porque o salário está achatado. O salário do professor universitário, hoje, não é aviltante, o professor universitário fica na universidade muito mais por vocação, mas a indústria está em cima dele. Na hora em que ele não tiver condições de dar ao seu filho a educação que ele quer e de ter o mínimo conforto, ele vai para a indústria, para ganhar, 4, 5, 6, 7, 10 vezes aquilo que ele ganha na universidade brasileira. Ele só não vai quando ele tem um salário que não aviltou a sua consciência ainda. Mas na hora em que ele começa a sofrer esse tipo de pressão e sem perspectiva, ele não vai ficar na universidade e aí as matrizes, se me permite chamar assim, que a universidade brasileira está readquirindo e que perdeu em 1964, de 1964 a 1968, depois de vinte anos a universidade brasileira está readquirindo algumas matrizes, formou uma nova geração de pensadores, de cientistas e essa geração acabará indo embora. A continuar a crise como está, dentro de muito pouco tempo as universidades brasileiras não terão o que ensinar, porque quem bem ensina terá ido embora. Não há como suportar essa pressão.

Um professor universitário, hoje, com doutoramento sofre uma pressão muito grande da comunidade externa, muito grande mesmo. Todo dia ele é questionado. Vivemos num País capitalista, por isso eles vão exatamente em cima do seu salário.

No tocante ao ACC, devo dizer que recebi, na minha universidade, em torno de 30% do que deveria receber para o ano todo. E numa das discussões ouvi que tínhamos ficado quatro meses parados e por isso, ao invés de computarmos um ano de doze meses, deveríamos computar um ano de oito meses. Até concordo com isso para alguns aspectos, mas me é totalmente impossível pegar doze microscópios que eu deveria comprar e comprar só oito. Um dia terei que comprar os outros quatro! Não há como dividir. Se eu tivesse que comprar um centro cirúrgico, não poderei comprar só meio.

Então, em determinados pontos eu concordo. O material de limpeza diminuiu, mas os salários não podem ser diminuídos, foram pagos. Os encargos, os impostos, a conta de água, energia elétrica, não tem como se reduzir isso. Então fazer um achatamento dessa ordem e a previsão de liberação de recursos, até o final do ano, não chega a 60% do orçamento.

Além de liberar atrasado, ainda libera faltando.

Não sei se respondi às suas perguntas.

O SR. RAUL PONT — Concordo que pelo orçamento haveria uma oscilação menos cíclica, mas na situação atual, uma indexação, mesmo pela receita, seria bem superior, bem melhor do que a atual com esse grau de contingenciamento que está ocorrendo.

O SR. FAUZE SCAFF GATASS FILHO — Deputado, prefiro que V. Ex<sup>a</sup> diga que é menos ruim.

O SR. RAUL PONT — Menos ruim. Bem se vamos ficar com o texto.

O fenômeno que outras universidades estão vivendo, como uma outra forma de perda nos quadros, tem sido de uma aposentadoria precoce, quer dizer, ao menos em Porto Alegre, que conheço mais...

O SR. FAUZE SCAFF GATASS FILHO — Perdemos 10% dos nossos professores, nestes últimos cinco meses, com a perspectiva do término da aposentadoria por tempo de serviço, com o achatamento salarial.

Temos hoje, seguramente, na nossa instituição — e gostaria de colocar, que não serve muito de parâmetro, porque é pequena, nova, veio de universidade estadual, com uma estrutura diferente — dentro do nosso **campus**, de Campo Grande, um estádio de futebol com 32 mil lugares, que gera receita, temos um centro de computação, que veio do Governo do Estado e que ficou na universidade que era estadual e foi federalizada há 10 anos, que gera receita e bastante.

Temos uma estrutura diferente. Temos fazendas que produzem soja, milho, trigo, hortifrutigranjeiros. Isso tudo feito para ensinar. Mas é diferente. O senhor não pode querer ter uma universidade como essa num local onde não há produção. E o nosso Estado era um grande produtor de grãos — foi o Estado que mais produziu grãos na década passada — e isso refletiu dentro da universidade.

A universidade implantou alguns programas nesses últimos 15 anos que hoje dão resultado. Implantamos no Estado o processo de piscicultura há 15 anos; processo esse que vinha acoplado a um problema ecológico. Tínhamos receio da pesca que depredasse o Pantanal.

Essa pesca predatória no Pantanal era uma fonte de proteínas para São Paulo.

Então, uma forma de evitar que os nossos rios se acabassem foi criar celeiros alternativos no planalto.

Então, com a piscicultura a universidade desencadeou um processo de criação de peixe no planalto. Então, hoje se pesca na piscicultura, e não se pesca mais no Pantanal. É mais fácil, é só passar a rede, o peixe está ali. Ele sabe o dia que nasceu, sabe o peso que está, sabe a hora que tem para pescar. Hoje o Estado tem grandes celeiros de piscicultura.

A Universidade vem pesquisando formas alternativas de produção. Estamos gerando um jacaré em cativeiro que chega na idade adulta aos dois anos, quando na natureza ele chega aos sete.

Ele fornece uma pele inteiramente utilizável. Na natureza só se usa entre as duas patas, só o colete. Essa pele, comercializada já há dois anos com empresários japoneses, tem dado pagamento em dólar.

Isso tudo é feito com o apoio da iniciativa privada. Quem hoje explora a piscicultura no Estado é a iniciativa privada, não é mais a Universidade, mas criamos canais. Da mesma forma que eles levam a tecnologia, eles nos trazem algum outro respaldo.

Temos um centro de tratamento de pacientes especiais, tratamento odontológico, pacientes que vão desde o aidético até a mulher grávida de alto risco. Então, temos pacientes doentes e pacientes pestalozzi; todo tipo de paciente especial.

Inauguramos esse centro e não tínhamos pessoal para colocar lá. Conversamos com um Deputado; um nos cede um funcionário, outro cede outro, porque eles já se beneficiaram de alguma coisa que a Universidade algum dia fez. E cobramos isso.

Trabalhamos em todas as áreas e cobramos. A Universidade não é celeiro de mão-de-obra barata para ninguém.

Estagiário da nossa Universidade não faz estágio em fazenda para atender o fazendeiro, faz estágio em fazenda para aprender veterinária e aprender agronomia.

Esse é um erro muito grosseiro, quando se quer da Universidade uma entidade assistencialista e de mão-de-obra barata; e a Universidade não é local de mão-de-obra barata, é um local de mão-de-obra qualificada, e toda a mão-de-obra qualificada deve ser cara.

Então, ela é uma universidade que tem — o Senador João Calmon esteve lá conosco — umas características diferentes.

Temos, hoje, 5 **Iamp** trabalhamos no Estado inteiro; nosso centro é em Campo Grande; temos a oeste, Corumbá, que fica a 430 quilômetros; no meio do caminho entre Campo Grande e Corumbá temos Aquidauana, que fica a 130 quilômetros de Campo Grande; no leste temos Três Lagoas, que são 320 quilômetros. Então, da ponta leste à ponta oeste a nossa universidade cobre quase 800 quilômetros.

E na direção norte-sul temos Dourados, bem ao norte, e temos mais quatro pólos de trabalho que são rotativos.

Hoje trabalhamos em Jardim, em Ponta-Porã, na fronteira sul, cidade do Senador Rachid Saldanha Derzi; trabalhamos em Paranaíba, na fronteira leste com Goiás, e trabalhamos em Jardim.

Formamos professores para o Estado inteiro. Há 20 anos o Estado tinha 5% de professores qualificados e 95% de professores leigos.

Foi esse o quadro que a Universidade Estadual enfrentou, e que a universidade federal hoje, continua a ser responsável.

Então, além da área de produção temos área de educação. O grosso do nosso serviço é na área de educação.

Nossos alunos estão divididos em três contingentes: um terço no período matutino, um terço no vespertino e um terço no noturno.

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul tem um terço dos seus alunos durante a noite.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Há mais algu-

O SR. MURILO REZENDE — (Intervenção tora do microfone) ... dedicação exclusiva. Ele ganha muito mais do que o professor, por exemplo, de 20 horas.

Como é que o Senhor vê esse problema? Porque tenho a impressão que o professor de 20 horas, para que ele possa ter, dentro da sua especialidade, um trabalho fora que lhe auxilie nos seus vencimentos mensais, ele poderia continuar prestando um bom serviço à universidade brasileira, em face da crise que vive o País, enquanto que na política de colocar o professor com dedicação, exclusiva, ele estará sujeito a isso porque os ganhos do funcionalismo público federal, em todo o quadrante da administração pública, são péssimos, e não vamos nos livrar disso rapidamente.

Era sobre essa posição que eu gostaria que o Reitor fizesse um apanhado, um estudo, dentro da sua Universidade. O que ocorre a respeito disso — carga horária para os professores, seus vencimentos e como é a reação deles em função disso?

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Antes de passar a palavra para o Dr. Fauze, vou pedir ao Deputado João Faustino que assuma a Presidência, em função de que há uma reunião aguardando tanto a mim quanto ao Deputado Raul Pont, desde às 11 horas, que é a negociação da LDB.

Antes, porém, quero anunciar a convocação dos próximos depontes.

Vamos convocar para o dia 31 de outubro, o professor Alceu Ravel Ferrari, Presidente da Associação Nacional de pós-graduação em Pesquisa e Educação; e a estudante Patrícia de Angeles, Presidente da UNE.

Para o dia 7 de novembro vamos convocar o professor Carlos Eduardo Baldijão, Presidente da Andes; e a Sra. Vânia Galvão, Coordenadora-Geral da Fasubra.

E para o dia 14 de novembro, o Dr. Pedro Demo, do Ipea; e o Dr. José Arthur Gianot, do Cebrap.

Então, a Secretaria fica autorizada a providenciar essas convocações, e assim estamos cumprindo a lista de sugestões, já que até o momento a Comissão não reuniu **quorum** suficiente para uma aprovação formal dessas sugestões.

Peço desculpas ao Professor Fauze por ter que me retirar, mas é o funcionamento desta Casa que assim o exige.

Passo a Presidência ao Deputado João Faustino.

O SR. RAUL PONT — Sr. Presidente, eu gostaria só de saber se houve algum contato com o Professor Javelino. Já houve algum contato?

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Não.

O SR. RAUL PONT — É que ele me colocou informalmente que, se fosse convocado para depor na CPI, achava que seria interessante, para a complementação do depoimento e o tipo de pesquisas que estão sendo feitas pelas Andep, a presença também do Professor Jamil Curi, que é um dos previstos.

Eu não saberia explicar exatamente as razões, mas pela complementaridade — foi o que ele me colocou informalmente — das colocações que pretenderia fazer à CPI sobre o tema.

Talvez fosse o caso de termos um contato com o Professor Alceu, ou com o próprio Professor Jamil, no sentido deles participarem na mesma oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Nada impede, nobre Deputado, que seja convocado também o professor Jamil

Então, autorizo a Secretaria também fazer convocação para a mesma data.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Concedo a palavra ao Magnífico Reitor, para fazer considerações sobre a indagação feita pelo ilustre Senador que o abordou.

O SR. FAUZE GATASS FILHO — No nosso entender, o movimento de greve teve duas vitórias: a liminar concedida pelo Supremo que determinou ao Ministro da Educação o montante das verbas à Universidade e a transferência para setores da responsabilidade de pagar ou não aos professores em greve. Isso fez com que a Andes, consultando os interesses dos professores, questionasse o Ministro pelo não-pagamento dos salários pelos setores. Vejam bem a complexidade do assunto. O Ministro bloqueia o pagamento dos professores e quem é acionado não é o Ministro, são os reitores. Então, um processo indevido.

Assim, ficou demonstrado no processo, com clareza, que a autonomia para gerir as universidades é das pessoas responsáveis pela universidade e não do Ministério. Esse foi um ponto que considero de vitórias maiúsculas do movimento.

A outra está exatamente na valorização do professor que faz a universidade. Não abrimos mão do professor de vinte horas. Pois esse é que contribui 90% mais com o ensino. Agora, aquele professor que faz universidade, o professor com dedicação exclusiva, que faz o ensino, pessoa com extensão, que participa da administração, que tem pertinência dos movimentos da universidade — do movimento cultural, sindical, do movimento estudantil —, que auxilia na formulação de propostas, foi beneficiado. E foi mais beneficiado ainda aquele professor graduado, como uma forma clara de incentivo a essa graduação. Temos certeza até que esse é o caminho. A existência de professores graduados na universidade e enraizados em cargos burocráticos esse é um problema sério. Precisamos ter os professores dentro da universidade com tranquilidade. Essas nossas matrizes não podem se perder, ou vamos precisar de mais 20 anos para fazer uma universidade igual a que tínhamos em 1964. V.Ex<sup>as</sup> já imaginaram o que pode vir disso aí: chegarmos ao ano 2010 fazendo aquilo que fazíamos em 1964?

Então, a conotação do professor universitário com o processo de desenvolvimento da sociedade como um todo é casada com esse processo. Se a universidade vai mal é porque a sociedade vai mal. A universidade brasileira vive um momento difícil. Estamos vendo aí “bombas” no Exército, no Congresso, “bombas” nas universidades. Não há ninguém honesto neste nosso País. O poder paralelo da imprensa tem feito uma devastação em todos os segmentos.

A universidade brasileira é crucificada por ser perdulária. Eu gostaria de saber quem consegue ser perdulário gastando 98% do seu orçamento com pessoal e 2% com investimento e custeio.

Eu peguei a administração da universidade em 1988 assim: 98% para pagar pessoal e 2% para o custeio. Quer dizer, ser perdulário com 2% do seu orçamento para pagar luz, água, telefone, despesas que não têm nem como se contestar, vai-se gastar mal com o quê? Se não há nem o que comprar, nem o que fazer, como gastar mal?

Esses são carimbos que a universidade leva quando se comparam a nossa universidade com outras do Primeiro Mun-

do. Por exemplo, temos protocolo, a Universidade de Montpellier não o tem; dispensando-se os gastos com funcionários, pois tudo é eletrônico. A própria pessoa chega, bate, digita, dá entrada, vai embora. Quando se compara o número de professores com o número de alunos da universidade brasileira, como faz-se com o norte-americano, em que professor é só aquele que tem doutoramento; os outros não são professores, não são categorizados, são auxiliares. Isso não é computado nas estatísticas. Dessa forma, se se deixar apenas os professores doutores das universidades brasileiras, o índice fica muito melhor do que bom. Então, não se pode comparar a universidade brasileira, em um País como o nosso.

O fundamental se V. Ex<sup>a</sup> me permite, é justamente dar autonomia à universidade brasileira para que ela possa ter o seu rumo. Não discordo daquelas que procuram ciência e tecnologia, pois isso é fundamental. Mas obrigar uma universidade do Nordeste a fazer a mesma pesquisa que se faz em Mato Grosso do Sul não tem razão de ser. Por que um reitor de uma universidade do Rio Grande do Sul tem de ter quatro anos de mandato e o reitor da minha universidade não pode ter seis, se a minha comunidade assim o deseja? O processo tem de ser mais claro. A autonomia começa na formulação do seu próprio estatuto, em que deverão ser definidas as regras para ingresso na universidade.

Estamos abrindo autorização para a vinda de estudantes africanos que falem português para as nossas universidades; estão estudando um percentual de vagas para serem abertas sem vestibular. Por que a universidade não pode fazer isso? Por que ela tem de fazer vestibular? Por que o professor da minha universidade tem de ter a mesma carreira que o professor de outra universidade? Por que o salário do professor da minha universidade, no interior, que sofre uma barbaridade para levar um professor graduado do Rio de Janeiro, tem de ser o mesmo de um professor que está na beira da praia? Eu tenho de ter um atrativo maior para levá-lo para lá, se não ele não vai. Como ele vai morar, trabalhar em Rondônia, estudar no Rio de Janeiro e depois voltar para trabalhar em Rondônia, onde um ovo custa cinco vezes o que custa no Rio de Janeiro, com o mesmo salário? Não é possível isso.

Então, há que se fazer, até correndo o risco de se quebrar a unidade das universidades, uma diferenciação entre elas. E a distribuição dos recursos entre elas deve ser um processo distributivo, através de uma matriz aprovada pelas próprias universidades. Nesse momento, as universidades vão ter que estar unidas para dividir o bolo geral que será destinado a elas.

Esse bolo vai ser partido de acordo com uma matriz. É a proposta que está aí e que V. Ex<sup>a</sup> vai receber.

O SR. MURILO REZENDE — Gostei bastante da exposição.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Indagaria do Deputado Murilo Rezende se tem alguma outra interpelação.

O SR. MURILO REZENDE — A propósito da resposta, parece-me que já estamos procurando aqui soluções.

No que se refere ao problema da divisão de recursos para as universidades, uma universidade de São Paulo poderá gastar mais do que uma universidade dali, daqui, de acolá. Se as universidades são federais e estão em várias unidades federadas, penso que o número de matrículas oferecidas é

um dado que tem a ver com a própria população da unidade federada.

O que me parece mais justo é que a Universidade do Acre, que tem uma determinada população que não chega a 500 mil habitantes, não pode ser comparada à universidade federal de uma unidade que tenha 7 milhões de habitantes, porque tem de se oferecer maior número de vagas para essa população maior, tanto estudantil... Qual é o pensamento de V. S<sup>a</sup> a esse respeito?

O SR. FAUZE SCAFF GATTASS FILHO — O número de alunos é um dos dados. Se temos uma universidade com hospital universitário, outra sem, já começa a diferença. Uma tem curso de medicina que custa uma fortuna, que incide o curso de agronomia ou de veterinária, e a outra tem cursos baratos; então, já se deve começar a diferenciar o aluno, o professor. Temos outro dado: a área construída. Existem universidades que, para manter a sua área, gastam uma fortuna; outras são concentradas. Esse é o custo de manutenção. Outro aspecto são as universidades que investem na capacitação dos seus professores. Temos hoje 730 professores, mais ou menos, porque perdemos, no caso, alguns professores com a aposentadoria precoce. Desses 730, 120 estão afastados para fazer cursos de mestrado e doutorado. Os outros 600 que estão lá, estão com a mesma carga dos 730. Não podemos contratar professores para mandar alguém estudar fora.

Permitem-me V. Ex<sup>as</sup>. Se algum de V. Ex<sup>as</sup> tiver que se submeter a um tratamento de saúde, um outro seu companheiro de legenda assume o lugar. Se o professor vai fazer um tratamento de saúde, não podemos contratar um substituto. Fica a vaga, e ela tem que ser distribuída no meio dos professores. E a carga de trabalho daquele que foi fazer pós-graduação e que vai voltar é distribuída no meio dos que ficaram. Há universidades que têm um número menor de alunos por causa da própria característica dos seus cursos. V. Ex<sup>a</sup> não pode comparar aluno do 1º grau — tem universidade com escola do 1º grau —, do 2º grau, dentro da universidade há o 3º grau, que é a graduação e tem a pós-graduação. Tem universidade brasileira, hoje, com mais aluno de pós-graduação do que aluno de graduação. O aluno de pós-graduação não pode ter o mesmo peso. Uma turma de dez alunos na pós-graduação, já é uma turma razoável, considerável. Logo, o parâmetro tem que ser uma matriz distributiva com todas essas variáveis, como a distância. V. Ex<sup>a</sup> colocou o Acre. Quanto custa uma passagem para o Professor Sansão, Reitor da Universidade do Acre, para vir a Brasília resolver um problema? Ele tem que gastar passagem e diária. E o nosso amigo Antônio Ibañez, Reitor da Universidade de Brasília, que está aqui, não precisa pagar nem a passagem, nem a diária, apenas a gasolina. A quota das universidades é igual para isso. E o pior, esse orçamento é feito no Ministério, sem que se tenha conhecimento. Então, a matriz distributiva não pode ser enfocada com uma variável apenas. Tem que ser um conjunto de variáveis, e esse conjunto tem que ser discutido com as universidades, e não a matriz com uma meia dúzia de técnicos. Essa meia dúzia se tranca em um gabinete e decide que tanto vai para tal lugar, tanto para quem aumentou as vagas. Aumentamos em 31 o número de vagas nas universidades. Tínhamos cinco mil alunos, estamos com quase sete mil, e vamos chegar a dez mil com o mesmo contingente. ca uma perda de qualidade? Não. Significa espaço ocioso? Não. Significa mais empenho, mais arrojo. Vai dar resultado? Não sei. Esse é o caminho que escolhemos. Só poderemos

medir educação dez anos depois. Esse é outro problema. Não se aperta um botão e se tem a resposta. Qual a qualidade do profissional de medicina no País hoje? É consequência do que ocorreu há quinze anos. Esse profissional vai ficando maduro com dez anos depois de formado. A resposta tem que ser de quem tem experiência, vive a vida da universidade. Por essa razão, o professor com dedicação exclusiva, no meu entender, tem que ser o privilegiado da universidade. Esse, na nossa universidade, tem autorização para ganhar dinheiro lá fora.

Se ele vai participar de uma banca, se ele vai dar assessoria, desde que a universidade saiba, ele tem essa autorização. Esse o professor privilegiado, é dele que eu tenho que cuidar, é da mão dele que tenho que colocar mais coisas, porque o que ele faz é para a universidade e não para ele. Esse é o enfoque.

O SR. PRESIDENTE (João Fausto) — Chegamos ao final do nosso depoimento. Ao encerrar esta reunião da CPI, gostaria de, inicialmente, agradecer ao Reitor Fauze Filho, que dirige uma das melhores universidades do País, talvez, por ser a menor, é uma das melhores.

Estive na sua universidade e pude comprovar o nível de eficiência e o reflexo da competente administração que V. S<sup>a</sup> vem desenvolvendo dentro da universidade.

Nesta Casa, tivemos o privilégio de acompanhar de perto, tanto a criação quanto o crescimento dessa universidade, através de um seu contêrrâneo, que foi dos mais ilustres Parlamentares deste Congresso Nacional, o Deputado Rubem Figueiró.

De forma que, temos o conhecimento do trabalho que se desenvolve na Universidade de Mato Grosso do Sul. Como Membro do Conselho Federal da Educação que fui, tive a oportunidade de participar de uma reunião, lá, em Mato Grosso do Sul e conviver com a universidade que V. S<sup>a</sup> dirige.

Esta CPI foi criada com o objetivo de tentar atenuar a crise da universidade brasileira, no momento em que essa crise se apresentava de forma mais aguda, uma paralisação da vida universitária nos diversos quadrantes do País, como a evasão de recursos humanos que nos assustava, com o salário

do professor que correspondia a um subemprego nos limites mais baixos da sua concepção. De forma que, quando se criou a CPI, pensou-se na constituição de um fórum próprio, capaz de defender a universidade, sobretudo a universidade pública.

O depoimento de V. S<sup>a</sup>, constitui, sem dúvida, em uma valiosíssima contribuição, porque o que pretendemos, com o encerramento dos trabalhos desta CPI, é oferecer ao Congresso Nacional e à Nação uma proposta nova, que traduza o sentimento da comunidade universitária brasileira para o ensino superior.

Sabemos que essa universidade, essa instituição responsável pela formação do pensamento nacional, da inteligência nacional, essa instituição vive hoje uma crise tridimensional, uma crise conceitual. A meu ver, esse problema foi muito bem colocado, aqui, durante o depoimento de V. S<sup>a</sup>. A crise conceitual da universidade. O que somos, o que queremos, o que desejamos ser como instituição formadora de recursos humanos.

Depois há crise financeira muito acentuada, e nela há também o problema da autonomia, bastante vinculado à crise financeira.

O problema da crise financeira leva também a um problema institucional, que é o esvaziamento do poder administrativo dos reitores e da própria estrutura da vida universitária.

Fica sempre o reitor à procura de migalhas às portas dos departamentos, das secretarias e das divisões do Ministério da Educação e Cultura e sempre a ouvir promessas que nunca ou raramente se concretizam.

O que desejamos com esta CPI é dar à universidade um alento e dizer à comunidade universitária que o Congresso Nacional se dispôs a se debruçar sobre o problema da instituição e oferecer ao País uma proposta capaz de recuperar o tempo que a universidade brasileira perdeu, pela omissão das autoridades governamentais.

Agradeço-lhe pela presença nesta CPI, reafirmando-lhe que o seu depoimento constituiu em uma grande contribuição para os trabalhos desta Comissão.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 11h40min.)*